

Alerta Legislação, nº 42, de 14 a 19 de outubro de 2013

Boletim semanal

Casa Civil do Estado de São Paulo • Biblioteca
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo Federal

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 75

Acrescenta a alínea e ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham.

DECRETO Nº 8.123, DE 16 DE OUTUBRO DE 2013

Altera dispositivos do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo [Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999](#), no que se refere à aposentadoria especial.

Governo do Estado de São Paulo

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 38, DE 16 DE OUTUBRO DE 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, nos termos do § 3º do artigo 22 da Constituição do Estado, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo 1º – O título da Seção I do Capítulo VII do Título VII da Constituição do Estado de São Paulo passa a vigorar com a seguinte redação:

“Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem, do Idoso e dos Portadores de Deficiências” (NR)

[...]

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.212, DE 16 DE OUTUBRO DE 2013

Altera a [Lei Complementar nº 1.080, de 17 de dezembro de 2008](#), que institui Plano Geral de Cargos, Vencimentos e Salários para os servidores das classes que especifica, e dá providências correlatas

DECRETO 59.623, DE 18 DE OUTUBRO DE 2013

Fixa o calendário para pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA relativamente ao exercício de 2014 e o percentual de desconto para pagamento antecipado

DECRETO Nº 59.611, DE 16 DE OUTUBRO DE 2013

Institui as prioridades do Governo do Estado de São Paulo para o ano de 2014 em relação aos recursos da Lei Paulista de Incentivo ao Esporte, e dá providências correlatas

DECRETO Nº 59.597, DE 16 DE OUTUBRO DE 2013

Dispõe sobre o expediente nas repartições públicas estaduais no dia 28 de outubro de 2013, e dá providências correlatas

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
18/10/2013	<u>DECRETO Nº 8.124, DE 17 DE OUTUBRO DE 2013</u> Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM.
17/10/2013	<u>DECRETO Nº 8.123, DE 16 DE OUTUBRO DE 2013</u> Altera dispositivos do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, no que se refere à aposentadoria especial. <u>DECRETO Nº 8.122, DE 16 DE OUTUBRO DE 2013</u> Regulamenta o Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa - Retid, instituído pela Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012. <u>DECRETO Nº 8.121, DE 16.10.2013</u> Altera o Decreto nº 7.644, de 16 de dezembro de 2011, que regulamenta o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. <u>DECRETO Nº 8.120, DE 16 DE OUTUBRO DE 2013</u> Dispõe sobre a execução, no território nacional da Resolução 2101 (2013), de 25 de abril de 2013, adotada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas que, entre outras disposições, renova, até 30 de abril de 2014, o regime de sanções aplicáveis à Costa do Marfim.
16/10/2013	<u>LEI Nº 12.868, DE 15 DE OUTUBRO DE 2013</u> Altera a Lei nº 12.793, de 2 de abril de 2013, para dispor sobre o financiamento de bens de consumo duráveis a beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV); constitui fonte adicional de recursos para a Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 12.741, de 8 de dezembro de 2012, que dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, para prever prazo de aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990; altera as Leis nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012, nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e nº 9.615, de 24 de março de 1998; e dá outras providências. <u>DECRETO Nº 8.119, DE 15 DE OUTUBRO DE 2013</u> Revoga os incisos I e II do § 4º do art. 13 do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012(*). (*) [...] Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO [...] dispõe sobre redução do Imposto sobre Produtos Industrializados, na hipótese que especifica [...].
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL

Atos do Congresso Nacional (CN)	<u>EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 75</u> Acrescenta a alínea e ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham.
Ministério da Cultura (MinC)	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA Nº 87, DE 11 DE OUTUBRO DE 2013</u> Estabelece normas sobre acesso e classificação de documentos no âmbito do Ministério da Cultura, constitui Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos, e dá outras providências. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN) <u>PORTARIA Nº 479, DE 15 DE OUTUBRO DE 2013</u> Dispõe sobre a delimitação da área de entorno da Faculdade de Direito e do Observatório Astronômico, bens objeto de tombamento federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e que integram o Campus Universitário Central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, situado no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.
Ministério da Defesa (MD)	CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10/CENSIPAM, DE 10 DE OUTUBRO DE 2013</u> Dispõe sobre os critérios e os procedimentos para avaliação em estágio probatório para concursados ocupantes do cargo de Analista em C&T da Carreira de Ciência e Tecnologia, no âmbito do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam.
Ministério da Educação (MEC)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA NORMATIVA INTERMINISTERIAL Nº 1, DE 16 DE OUTUBRO DE 2013</u> Dispõe sobre a criação de Cadastro Nacional de Supervisores para o Projeto Mais Médicos para o Brasil no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde - UNA-SUS. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) <u>PORTARIA Nº 481, DE 11 DE OUTUBRO DE 2013</u> Estabelece procedimentos e orientações sobre criação, composição, funcionamento e cadastramento dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, de âmbito Federal, Estadual, Distrital e Municipal e revoga a Portaria nº 430, de 10 de dezembro de 2008. SECRETARIA EXECUTIVA (SE) <u>PORTARIA Nº 1.680, DE 11 DE OUTUBRO DE 2013</u> Dispõe sobre os prazos de empenho das dotações orçamentárias dos órgãos e unidades orçamentárias vinculadas ao Ministério da Educação.

Ministério da Fazenda (MF)	BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN) <u>RESOLUÇÃO N° 4.273, DE 16 DE OUTUBRO DE 2013</u> Altera o Anexo da Resolução n° 4.223, de 12 de junho de 2013, que estabelece os termos e as condições de financiamento para a aquisição de móveis e eletrodomésticos pelo público do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).
Ministério da Previdência Social (MPS)	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) <u>RESOLUÇÃO N° 349, DE 17 DE OUTUBRO DE 2013</u> Dispõe sobre a antecipação do pagamento do valor correspondente a uma renda mensal do benefício de prestação continuada, previdenciário ou assistencial, no caso de calamidade pública.
Ministério da Saúde (MS)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA N° 2.394, DE 11 DE OUTUBRO DE 2013</u> Define os recursos financeiros destinados à implantação dos serviços especializados de saúde bucal, Centros de Especialidades Odontológicas (CEO). <u>PORTARIA N° 2.391, DE 11 DE OUTUBRO DE 2013</u> Credencia Municípios a receberem os incentivos financeiros referentes às ações de Saúde Bucal, no âmbito da estratégia Saúde da Família. <u>PORTARIA N° 1.590, DE 2 DE AGOSTO DE 2013 (*)</u> Estabelece recurso financeiro a ser incorporado ao Limite Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade do Estado de São Paulo destinado ao incentivo financeiro de custeio complementar da etapa II das Organizações de Procura de Órgãos e Tecidos (OPO). (*) Republicada por ter saído, no DOU n° 149, de 3-8-2013, Seção 1, página 54, com incorreções no original.
Ministério das Cidades (MCidades)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL N° 477, DE 16 DE OUTUBRO DE 2013</u> Dispõe sobre as operações com recursos advindos da integralização de cotas do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), contratadas no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).
Ministério das Comunicações (MC)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA N° 302, DE 11 DE OUTUBRO DE 2013</u> [...] Art. 1º Divulgar a lista de municípios selecionados para serem contemplados com investimentos, visando à implantação de Cidades Digitais. Parágrafo único. A lista apresenta a seleção de municípios dentre aqueles que submeteram suas propostas de Cidades Digitais por meio de formulário eletrônico entre os dias 4 de fevereiro de 2013 e 5 de março de 2013. [...]
Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA N° 87, DE 17 DE OUTUBRO DE 2013</u> Institui o Comitê Brasileiro para o Ano Internacional da Agricultura Familiar, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)	CONSELHO NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO (CND) <u>RESOLUÇÃO Nº 16, DE 11 DE OUTUBRO DE 2013</u> Aprova o modelo operacional e as condições gerais para a desestatização, mediante a concessão de trechos ferroviários que especifica, a serem implementados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA (Inmetro) <u>PORTARIA Nº 41, DE 11 DE OUTUBRO DE 2013</u> Dispõe sobre as informações necessárias para a elaboração de petições relativas a investigações <i>antidumping</i>, conforme o art. 39 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013. <u>PORTARIA Nº 154, DE 10 DE OUTUBRO DE 2013</u> [...] Art.1º - Determinar que o Art. 8º da Portaria Complementar nº 430/2011 passará a vigorar com a seguinte redação: "Art. 8º Estabelecer que, a partir de 01 de janeiro de 2012, conforme artigo 4º do Anexo da Portaria Interministerial nº 325/2011, os fogões e fornos a gás deverão ser fabricados e importados somente em conformidade com o Regulamento de Avaliação da Conformidade aprovado pela Portaria Inmetro nº 18/2008, considerando as alterações e inclusões divulgadas por esta Portaria, com exceção à alteração inserta pelo artigo 6º quanto ao item 2.6 do Anexo II do referido Regulamento. [...]"
Ministério do Esporte (ME)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 256, DE 11 DE OUTUBRO DE 2013</u> [...] Art. 1º Instituir a Chamada Pública para seleção de projetos apresentados por entidades privadas sem fins lucrativos, que visem à promoção e desenvolvimento do esporte de alto rendimento no Brasil, em conformidade com as diretrizes contidas no Programa "2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos", na forma do Edital publicado na Seção 3 do DOU de 14 de outubro de 2013. [...]"
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)	SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA (SEGEF) <u>ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 12, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013</u>(*) Orienta os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC) sobre o regime de previdência complementar instituído pela Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo e estabelece procedimentos operacionais para a aplicação do Plano de Benefícios dos Servidores Públicos Federais do Poder Executivo. (*) <i>Republicada por ter saído no DOU no- 186, de 25-9-2013, Seção 1, págs. 140 e 141, com incorreção no original.</i>
Ministério Público da União (MPU)	ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA <u>PORTARIA Nº 754, DE 17 DE OUTUBRO DE 2013</u> Regulamenta os efeitos da Lei nº 12.773, de 28/12/2012, quanto à progressão funcional e promoção dos servidores no âmbito do Ministério Público da União.

Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
19/10/2013	<u>DECRETO 59.623, DE 18 DE OUTUBRO DE 2013</u> Fixa o calendário para pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA relativamente ao exercício de 2014 e o percentual de desconto para pagamento antecipado <u>DECRETO N° 59.622, DE 18 DE OUTUBRO DE 2013</u> Altera o Decreto 51.624, de 28-02-2007, que institui regime especial de tributação pelo Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS para contribuintes da indústria de informática <u>DECRETO N° 59.621, DE 18 DE OUTUBRO DE 2013</u> Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS e dá outras providências <u>DECRETO N° 59.620, DE 18 DE OUTUBRO DE 2013</u> Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS <u>DECRETO N° 59.619, DE 18 DE OUTUBRO DE 2013</u> Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS e dá outras providências <u>DECRETO N° 59.618, DE 18 DE OUTUBRO DE 2013</u> Altera dispositivos do Decreto nº 57.462, de 26 de outubro de 2011, que regulamenta no âmbito da Secretaria da Educação o processo de certificação ocupacional para a função de Gerente de Organização Escolar e dá providências correlatas <u>DECRETO N° 59.617, DE 18 DE OUTUBRO DE 2013</u> Dá nova redação a dispositivos do Decreto nº 55.384, de 1º de fevereiro de 2010, que criou Comissão Técnica da Carreira de Especialista em Políticas Públicas - CEPP, e dá providências correlatas
18/10/2013	<u>DECRETO N° 59.614, DE 17 DE OUTUBRO DE 2013</u> Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS

17/10/2013	<u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.212, DE 16 DE OUTUBRO DE 2013</u> Altera a Lei Complementar nº 1.080, de 17 de dezembro de 2008, que institui Plano Geral de Cargos, Vencimentos e Salários para os servidores das classes que especifica, e dá providências correlatas <u>LEI Nº 15.168, DE 16 DE OUTUBRO DE 2013</u> Dispõe sobre a criação de cargos de Assistente Técnico de Gabinete Judiciário no Quadro do Tribunal de Justiça <u>DECRETO Nº 59.611, DE 16 DE OUTUBRO DE 2013</u> Institui as prioridades do Governo do Estado de São Paulo para o ano de 2014 em relação aos recursos da Lei Paulista de Incentivo ao Esporte, e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 59.610, DE 16 DE OUTUBRO DE 2013</u> Altera dispositivos do Decreto nº 55.636, de 26 de março de 2010, que regulamenta o artigo 16 da Lei nº 13.918, de 22 de dezembro de 2009 (**) (*) Art. 16 - <i>Fica o Poder Executivo autorizado a conceder crédito outorgado correspondente ao valor do ICMS destinado pelos respectivos contribuintes a projetos desportivos credenciados pela Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo do Estado de São Paulo, conforme regulamentação.</i> <u>DECRETO Nº 59.609, DE 16 DE OUTUBRO DE 2013</u> Fixa o valor da diária de alimentação, prevista na alínea "h" do artigo 91 do Decreto-Lei nº 15.620, de 29 de janeiro de 1946, e dá providências correlatas <i>(Policia! Militar em serviço de vigilância especial)</i> <u>DECRETO Nº 59.598, DE 16 DE OUTUBRO DE 2013</u> Dispõe sobre a implementação, nos termos do inciso XI do artigo 7º da Constituição Federal, e da Lei federal nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, de Programas de Participação nos Lucros ou Resultados no âmbito das empresas controladas pelo Estado e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 59.597, DE 16 DE OUTUBRO DE 2013</u> Dispõe sobre o expediente nas repartições públicas estaduais no dia 28 de outubro de 2013, e dá providências correlatas
15/10/2013	<u>DECRETO Nº 59.594, DE 14 DE OUTUBRO DE 2013</u> Organiza a Circunscrição Regional de Trânsito de São José dos Campos e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 59.593, DE 14 DE OUTUBRO DE 2013</u> Cria e organiza, no Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN-SP, o Posto de Atendimento Metrô Marechal Deodoro, da Circunscrição Regional de Trânsito da Capital, e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 59.591, DE 14 DE OUTUBRO DE 2013</u> Dispõe sobre critérios e procedimentos relativos à participação em concursos públicos de pessoas com deficiência, nos termos da Lei Complementar nº 683, de 18 de setembro de 1992, alterada pela Lei

	Complementar nº 932, de 8 de novembro de 2002 , e dá providências correlatas
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (SDECT)	CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CEETEPS) DELIBERAÇÃO CEETEPS Nº 004, DE 10-10-2013 Altera dispositivos da Deliberação CEETEPS - 3, de 30.05.2008, que dispõe sobre a reorganização da Administração Central do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” e dá providências correlatas
Educação (SE)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) RESOLUÇÃO SE-72, DE 15-10-2013 Cria Grupo de Trabalho para tratar do Estatuto Padrão das Associações de Pais e Mestres
Esporte, Lazer e Juventude (SELJ)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) RESOLUÇÃO SELJ-12, DE 14-10-2013 Estabelece normas e procedimentos para apresentação de projetos na Lei Paulista de Incentivo ao Esporte e revoga a Resolução SELJ - 14, de 03-08-2012
Fazenda (SF)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) RESOLUÇÃO SF/APE 433, DE 17-10-2013 O Secretário da Fazenda Aprova os índices e observações do Comunicado 557 da Assessoria de Política Econômica de 17-10-2013, que fazem parte integrante desta Resolução. [...] RESOLUÇÃO SF/APE 434, DE 17-10-2013 Dispõe sobre índices de reajustes de preços de contratos de serviços conforme o disposto no Decreto Estadual 48.326 de 12-12-03 e Resolução da Casa Civil 79 de 12-12-03. RESOLUÇÃO SF 66, DE 18-10-2013 Divulga o valor da Receita Corrente Líquida de agosto de 2013.
Justiça e Defesa da Cidadania (SJDC)	GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) RESOLUÇÃO SJDC Nº 075, DE 14-10-2013 Institui a Unidade de Atendimento aos Órgãos de Controle Externo no âmbito da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, nos termos dos artigos 5º, inciso VI, 19 e 43, todos do Decreto Estadual nº 59.101, de 18 de abril de 2013; institui o Controle Interno, nos termos da Instrução TCE nº 01/2008, Seção XVII, artigos 97 e 98 e artigo 35, da Constituição do Estado de São Paulo, e dá outras providências
Meio Ambiente (SMA)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) RESOLUÇÃO SMA-101, DE 18-10-2013 Dispõe sobre a instituição do Plano de Fiscalização Integrada da

	Atividade Pesqueira nas Áreas Costeiras do Estado de São Paulo - SIMMAR <u>RESOLUÇÃO SMA-100, DE 17-10-2013</u> Regulamenta as exigências para os resultados analíticos, incluindo-se a amostragem, objeto de apreciação pelos órgãos integrantes do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais – SEAQUA <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SMA-STM N° 01, DE 15-10-2013</u> Estabelece cooperação técnica entre as Secretarias de Estado do Meio Ambiente e de Transportes Metropolitanos visando à implantação de ações, projetos, campanhas e programas de educação ambiental <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SMA/SSRH 05, DE 14-10-2013</u> Aprova os resultados obtidos na IV Conferência Estadual do Meio Ambiente - CEMA.
Planejamento e Desenvolvimento Regional (SPDR)	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (DETRAN) <u>PORTARIA DETRAN N° 1841, DE 14-10-2013</u> Relaciona e indica condutores notificados no mês de outubro de 2013, consoante exigência prevista na Portaria DETRAN n. 767, de 2006
Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS - 110, DE 17-10-2013</u> Institui o Prêmio de Incentivo Especial para as classes que especifica e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SS - 108, DE 14-10-2013</u> Estabelece alterações ao Contrato de Gestão a ser celebrado com Organizações Sociais da área da Saúde para o gerenciamento de unidades assistenciais de saúde, em consonância com o disposto na Lei Complementar - 846/1998 e dá outras providências. <u>RESOLUÇÃO SS - 107, DE 14-10-2013</u> Dispõe sobre a realização de Convocação Pública a que alude o § 3º, do Artigo 6º(*), da Lei Complementar - 846, de 04.06.1998, e dá providências correlatas. <i>* § 3.º - A celebração dos contratos de que trata o "caput" deste artigo, com dispensa da realização de licitação, será precedida de publicação da minuta do contrato de gestão e de convocação pública das organizações sociais, através do Diário Oficial do Estado, para que todas as interessadas em celebrá-lo possam se apresentar.</i> <u>RESOLUÇÃO SS - 106, DE 14-10-2013</u> Estabelece a transferência, mediante adesão municipal, de recursos do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, referente a ações de Atenção Básica à População Privada de Liberdade.
Segurança Pública (SSP)	POLÍCIA MILITAR DO ESTADO (PMESP) ↳ Comando Geral (CG) COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR Departamento de Suporte Administrativo do Comando Geral <u>PORTARIA DO CMT G N° PM6-002/30/13, DE 11-10-2013</u> Dispõe sobre a tabela de classificação de sigilo dos assuntos que especifica, da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em face da Lei

	Federal 12.527, de 18-11-2011 e Decreto Estadual 58.052, de 16-05-2012
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
19/10/2013	PROJETOS DE LEI PROJETO DE LEI Nº 757, DE 2013 Altera a redação do artigo 13, da Lei 13.296 de 2.008, que estabelece o tratamento tributário do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores- IPVA. DO Legislativo, 19/10/2013, p. 11 PROJETO DE LEI Nº 756, DE 2013 Regulamenta a identificação das polícias estaduais no Estado de São Paulo. DO Legislativo, 19/10/2013, p. 11
18/10/2013	PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 47, DE 2013 Dispõe sobre o requisito de ingresso nas carreiras de Agente de Telecomunicações Policial e Papiloscopista Policial, de que trata a Lei complementar nº 494, de 24 de dezembro de 1986, e dá providências correlatas. DO Legislativo, 18/10/2013, p. 11 PROJETOS DE LEI PROJETO DE LEI Nº 755, DE 2013 Dispõe sobre a implantação de medidas de informação a gestante e parturiente sobre a Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal, visando, principalmente, a proteção destas contra a violência obstétrica no Estado de São Paulo. DO Legislativo, 18/10/2013, p. 15 PROJETO DE LEI Nº 754, DE 2013 Institui o Programa Estadual de Apoio Permanente às Entidades Mantenedoras de Escolas que ofertam Educação Básica na Modalidade Educação Especial denominado "TODOS IGUAIS PELA EDUCAÇÃO". DO Legislativo, 18/10/2013, p. 13 PROJETO DE LEI Nº 753, DE 2013 Dispõe sobre a criação da Agência Estadual de Integração e Desenvolvimento das Guardas Municipais e dá providências correlatas DO Legislativo, 18/10/2013, p. 13 PROJETO DE LEI Nº 748, DE 2013 Autoriza a criação do "Sistema Estadual de Internet Sem Fio (Wi-Fi)", que funcionará nas escolas públicas de São Paulo. DO Legislativo, 18/10/2013, p. 12
17/10/2013	EMENDAS CONSTITUCIONAIS EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 38, DE 16 DE OUTUBRO DE 2013 A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, nos termos do § 3º do artigo 22 da Constituição do Estado, promulga a

	seguinte Emenda ao texto constitucional: Artigo 1º – O título da Seção I do Capítulo VII do Título VII da Constituição do Estado de São Paulo passa a vigorar com a seguinte redação: “Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem, do Idoso e dos Portadores de Deficiências” (NR) Artigo 2º – O “caput” do artigo 277 da Constituição do Estado de São Paulo passa a vigorar com a seguinte redação: “Artigo 277 – Cabe ao Poder Público, bem como à família, assegurar à criança, ao adolescente, ao jovem, ao idoso e aos portadores de deficiências, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e agressão.” (NR) Artigo 3º – Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 16 de outubro de 2013. a) SAMUEL MOREIRA - Presidente a) ENIO TATTO - 1º Secretário a) EDMIR CHEDID - 2º Secretário PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 46, DE 2013</u> PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO OFÍCIO Nº485/13-SEMA 1.1.3 PROCESSO Nº 532/2006 [...] Dispõe sobre os vencimentos dos servidores integrantes das classes regidas pela Lei Complementar nº 1.120, de 29 de junho de 2010.
16/10/2013	PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 45, DE 2013</u> Altera dispositivo da Lei complementar nº 791, de 9 de março de 1995, que estabelece o Código de Saúde no Estado, no sentido de orientar a política de saúde para a valorização da alimentação orgânica nas refeições servidas a pacientes em tratamento nas unidades estaduais do Sistema Único de Saúde (SUS). PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 743, DE 2013</u> Dispõe sobre a criação da Universidade do Vale do Paraíba, Litoral Norte e Serra da Mantiqueira <u>PROJETO DE LEI Nº 742, DE 2013</u> Cria a Faculdade de Tecnologia - FATEEC - da Zona Norte, no município de São Paulo como Unidade de Ensino Tecnológico do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) <u>PROJETO DE LEI Nº 741, DE 2013</u> Dispõe sobre a obrigatoriedade do oferecimento de cardápios em braile e fonte ampliada nos bares, lanchonetes, motéis, restaurantes e afins do Estado de São Paulo <u>PROJETO DE LEI Nº 740, DE 2013</u> Dispõe sobre a vistoria e a afixação de placas informativas de

	manutenção em equipamentos de parques de entretenimento e aparelhos de ginástica ao ar livre, em áreas públicas ou privadas.
15/10/2013	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 738, DE 2013</u> Institui o Programa de Orientação em Saúde e Atendimento Social às Gestantes e implanta medidas de informação sobre a Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal, no Estado de São Paulo, e dá outras providências. <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 18, DE 2013</u> Susta os efeitos de parte destacada do <u>Decreto nº 59.327, de 28 de junho de 2013</u>. A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA: Artigo 1º - Ficam sustados, com fundamento no inciso IX do artigo 20 da Constituição do Estado, os efeitos do inciso I do artigo 4º do Decreto nº 59.327, de 28 de junho de 2013, que dispõe sobre medidas de redução de despesas de custeio e de reorganização no âmbito da Administração Direta e Indireta, e dá providências correlatas. Artigo 2º - Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação. JUSTIFICATIVA O Governado Estadual editou no dia 28/06/2013 o Decreto de nº 59.327, que dispõe sobre medidas de redução de despesas de custeio e de reorganização no âmbito da Administração Direta e Indireta, e dá providências correlatas. Apesar de louvável a medida administrativa tomada, o referido inciso I do artigo 4º afeta os servidores e os projetos e trabalhos realizados por importantes instituições do Estado, ao operacionalizar a fusão da Fundação Prefeito Faria Lima - Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal – CEPAM, da Fundação do Desenvolvimento Administrativo – FUNDAP e da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE. Eis o inteiro teor do trecho da legislação combatida: Artigo 4º - O Comitê de Qualidade da Gestão Pública - CQGP, ouvidas, no que couber, as Pastas de vinculação, determinará as providências necessárias para a operacionalização das seguintes medidas: I - fusão das seguintes entidades: a) Fundação Prefeito Faria Lima - Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal - CEPAM; b) Fundação do Desenvolvimento Administrativo - FUNDAP; c) Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE; Tal medida, por certo, demanda uma série de estudos de impacto sobre as atividades e os trabalhos por elas realizados, e não pode ser tomada de inopino, como feito pelo Decreto. Além disso, certamente demandaria uma análise aprofundada pelo Poder Legislativo, na medida em que, entre suas competências constitucionais, está analisar as medidas que afetam os cargos, empregos e funções públicas e os órgãos da administração pública (artigo 19, incisos III e VI da Constituição Estadual). Assim, a presente propositura, de sustação de trecho do Decreto que extrapola suas competências, resta plenamente cabível e fundamentada. Sala das Sessões, em 14/10/2013 a) Carlos Giannazi

	TRIBUNAL DE CONTAS (TCE) Balancete Balancete da Execução Orçamentária do 4º Bimestre de 2013, elaborado em cumprimento ao parágrafo 2º, do artigo 170 da Constituição Estadual. [...] DO Legislativo, 15/10/2013, p. 37
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
19/10/2013	<u>LEI Nº 15.880, DE 18 DE OUTUBRO DE 2013</u> (PROJETO DE LEI Nº 386/11, DOS VEREADORES MARCO AURÉLIO CUNHA – PSD E USHITARO KAMIA - PSD) Altera a denominação da Ponte da Casa Verde e dá outras providências.
18/10/2013	<u>DECRETO Nº 54.476, DE 17 DE OUTUBRO DE 2013</u> Dispõe sobre a convocação da 1ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes.
16/10/2013	<u>DECRETO Nº 54.464, DE 15 DE OUTUBRO DE 2013</u> Determina a inclusão do nome do advogado na publicação das intimações de atos praticados por autoridades municipais, em processos e expedientes administrativos. <u>DECRETO Nº 54.463, DE 15 DE OUTUBRO DE 2013</u> Aprova o Plano de Urbanização do parcelamento e assentamento do solo do núcleo denominado Jardim Brasília.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa

mariaisa@sp.gov.br

Casa Civil do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 8144

ccivil@sp.gov.br

Júlio César de Paula - jcdepaula@sp.gov.br

Marcelo Conti - mconti@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107